



Câmara Municipal de Itabirito

REQUERIMENTO N° __, 01 DE DEZEMBRO DE 2025

Solicita à Prefeitura Municipal de Itabirito e à secretaria competente esclarecimentos completos sobre o aumento da subvenção destinada ao transporte público municipal, requerendo documentos, justificativas técnicas e informações sobre eventuais melhorias, ampliação de rotas, contrapartidas oferecidas à população e motivos pelos quais as solicitações desta Câmara têm sido sistematicamente ignoradas, visando assegurar transparência, controle e responsabilização no uso dos recursos públicos.

Senhor Presidente,

O Vereador que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer que seja encaminhado ofício ao Prefeito Municipal, para que, por meio da Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana, apresente esclarecimentos completos e documentados quanto ao aumento considerável da subvenção destinada ao transporte público do município.

Considerando que a subvenção paga pela Prefeitura à empresa responsável pelo transporte público municipal sofreu aumento expressivo, representando impacto financeiro elevado aos cofres públicos;

Considerando que este aumento foi realizado sem apresentação de contrapartidas claras, sem ampliação de rotas, sem melhorias perceptíveis na qualidade do serviço e sem comprovação objetiva de benefício direto à população;

Considerando que todas as demandas, solicitações, indicações e requerimentos apresentados por mim nesta Câmara Municipal, em especial pedidos por novas linhas, ajustes de horários, reforço de frota e melhorias no atendimento, foram todos reiteradamente ignorados pela Prefeitura, que mantém uma postura de fechamento ao diálogo, mesmo diante de necessidades urgentes da população;

Considerando que a subvenção do transporte público é custeada com recursos municipais e, portanto, exige total transparência, justificativa técnica consistente e respeito ao princípio da economicidade;

Considerando o interesse público envolvido e o direito da população de receber explicações claras e verificáveis sobre o uso de recursos que pertencem ao cidadão;

Diante disso, REQUER que a Prefeitura Municipal e a Secretaria competente encaminhem, no prazo legal, os seguintes esclarecimentos, documentos e justificativas formais:

1. Quais foram as razões técnicas, financeiras e operacionais que fundamentaram o aumento da subvenção do transporte público municipal, discriminando todas as planilhas, estudos, cálculos e relatórios que sustentam a decisão.
2. Qual foi o valor total da subvenção em cada exercício dos últimos três anos, informando:
 - valor anterior,
 - valor após o aumento,
 - percentual de crescimento,
 - impacto financeiro anual estimado.
3. Se houve contrapartida efetiva para a população, apresentando comprovação documental sobre:
 - ampliação de rotas,
 - aumento de horários,
 - inclusão de novos veículos,
 - melhoria na qualidade do serviço prestado.
4. Caso não tenha havido melhoria ou ampliação do serviço, justificar detalhadamente o motivo de se aumentar o repasse sem oferecer qualquer benefício direto ao usuário.
5. Informar por que a Prefeitura se recusa sistematicamente a atender às solicitações desta Câmara Municipal, mesmo quando baseadas em necessidades concretas da população e em demandas recorrentes de bairros e comunidades.
6. Encaminhar cópia integral do processo administrativo que autorizou o aumento da subvenção, contendo:
 - parecer jurídico,
 - parecer técnico,
 - motivação do ato,
 - notas técnicas,
 - documentos da empresa beneficiada,
 - análise de impacto financeiro.
7. Esclarecer como o município avalia a eficiência do serviço prestado, quais indicadores utiliza e se existe relatório recente sobre o desempenho do transporte público.

8. Informar se há previsão de novas ampliações de subvenção em 2026 e, em caso afirmativo, qual a justificativa.

JUSTIFICATIVA

O aumento milionário da subvenção ao transporte público exige explicações imediatas. Não é razoável que a Prefeitura amplie gastos dessa magnitude sem diálogo com esta Casa e sem apresentar qualquer melhoria no serviço, que continua insuficiente para atender às demandas da população.

É inadmissível que o Executivo aumente repasses à empresa concessionária ao mesmo tempo em que nega sistematicamente todas as solicitações vindas da Câmara Municipal, inclusive aquelas que tratam de necessidades básicas dos usuários — estudantes, trabalhadores, idosos e moradores de bairros afastados.

A transparência é obrigatória. O recurso é público.

E esta Casa tem o dever legal e moral de investigar, cobrar e garantir que cada centavo seja aplicado com responsabilidade, eficiência e retorno real à população.

Diante do impacto financeiro expressivo e da total ausência de diálogo com o Legislativo, o presente requerimento é medida imprescindível para assegurar controle, fiscalização, economicidade e respeito ao dinheiro do cidadão.

Sala de Reuniões, 01 de Dezembro de 2025